



Decreto-Lei n.º 64/2007, de 14 de março, na sua versão atualizada. Código Penal

Data

#### **AVISO**

ENCERRAMENTO ADMINISTRATIVO DE UM ESTABELECIMENTO DE APOIO SOCIAL SEM DENOMINAÇÃO SITO NA RUA DAS CACHOEIRAS DE CIMA, N.º 21, 2690-212 SANTA IRIA DE AZÓIA

O Instituto da Segurança Social ordenou o encerramento administrativo imediato de um estabelecimento de apoio social sem denominação , com as seguintes características:

- exerce a atividade de Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (Lar de Idosos);
- · com fins lucrativos;
- não estando licenciado;
- funciona sob a propriedade de GreenImpact, Lda.;
- está instalado em Rua das Cachoeiras de Cima, n.º 21, Santa Iria de Azóia, 2690-212 Santa Iria de Azóia.

## Porque ordenamos o encerramento do estabelecimento

O Instituto da Segurança Social, IP ordenou o encerramento, através da Deliberação n.º 168/2021, de 2021-09-08, porque o estabelecimento estava em atividade com deficiências graves nas condições de instalação, segurança, funcionamento, salubridade, higiene e conforto, representando um perigo potencial para os direitos dos utentes e a sua qualidade de vida.

Artigos 35.º e 36.º, do Decreto-Lei n.º 64/2007

Artigos 35.º e 36.º do Decreto-

Lei n.º 64/2007

# Consequências do incumprimento da deliberação

Caso o estabelecimento seja reaberto ou a atividade de apoio social continue de forma ilegal, a entidade responsável será sujeita a procedimento criminal pelo crime de desobediência.

#### Alínea b) do artigo 348.º do Código Penal

### Local e prazo de afixação do aviso

Este aviso deve estar afixado durante 30 dias na entrada principal do estabelecimento.

#### N.º 3 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 64/2007

# Consequência da não afixação do aviso

Quem impedir a sua afixação será sujeito a procedimento criminal pelo crime de resistência ou coação sobre funcionário. Quem o remover deliberadamente antes do fim do prazo de 30 dias será sujeito a procedimento criminal pelo crime de arrancamento, destruição ou alteração de editais.

Artigos 347.º e 357.º do Código Penal

Rul Fidihais Presidente